

Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas A I

PLANEJAMENTO E GESTÃO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este **CADERNO DE QUESTÕES**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

LÍNGUA PORTUGUESA		LÍNGUA INGLESA		RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação
1 a 15	1,0 cada	16 a 25	0,5 cada	26 a 35	1,0 cada	36 a 70	2,0 cada
Total:30,0						Total:70,0	
Total:100,0							

b) **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas das questões objetivas formuladas na prova.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso não esteja, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** deste Concurso Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização da prova, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios não analógicos, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

b) se ausentar da sala em que se realiza a prova levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**;

c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**, quando terminar o tempo estabelecido;

d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs. O candidato só poderá ausentar-se do recinto da prova após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início da mesma. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - O candidato deve, ao terminar a prova, entregar ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES OBJETIVAS É DE 4 (QUATRO) HORAS**, já incluído o tempo para marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**.

12 - As questões e os gabaritos da Prova Objetiva serão divulgados no primeiro dia útil após sua realização, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36

A Emenda Constitucional nº 45/2004, denominada Reforma do Judiciário, acrescentou o inciso LXXVIII ao art. 5º da Constituição Federal em vigor, o qual estabelece que “ a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados razoável duração de processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Tal mandamento, que alcança o modo pelo qual se processa a atividade estatal, tem por conteúdo o princípio da

- (A) publicidade
- (B) eficácia
- (C) efetividade
- (D) eficiência
- (E) impessoalidade

37

O Programa Nacional de Gestão Pública e desburocratização – GESPÚBLICA tem como finalidade contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País.

Observe as assertivas a seguir.

- I - O GESPÚBLICA, em conformidade com o Plano Plurianual, afasta a possibilidade da participação de pessoas e organizações, públicas ou privadas, em caráter voluntário, quando tais participações se referem às ações do GESPÚBLICA, por força do interesse público que modela as respectivas ações.
- II - O GESPÚBLICA, em conformidade com o Plano Plurianual, deverá contemplar a formulação e implementação de medidas integradas de gestão que objetivem, entre outros fins, eliminar o *deficit* institucional, visando ao integral atendimento das competências constitucionais do Poder Executivo Federal.
- III - O GESPÚBLICA, em conformidade com o Plano Plurianual, deverá contemplar a formulação e implementação de medidas integradas de gestão que objetivem, entre outros fins, promover a gestão democrática, participativa, transparente e ética.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas
- (B) II, apenas
- (C) I e III, apenas
- (D) II e III, apenas
- (E) I, II e III

38

As políticas do Governo Federal deverão conformar-se com as leis orçamentárias, inclusive com a Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Nessa esteira, os Programas do Governo Federal relativos ao Enfrentamento do Racismo e Promoção da Igualdade Racial; Cidadania e Justiça; Planejamento Urbano; Resíduos Sólidos; Trabalho, Emprego e Renda são exemplos de programas temáticos

- (A) sociais
- (B) de infraestrutura
- (C) de desenvolvimento produtivo
- (D) ambientais
- (E) especiais

39

A instituição da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, apresenta diversas finalidades previstas no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

NÃO constitui uma dessas finalidades a(o)

- (A) melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão
- (B) racionalização e efetividade dos gastos com capacitação
- (C) adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual
- (D) divulgação e o gerenciamento das ações de capacitação
- (E) desenvolvimento em caráter temporário do servidor público

40

O caso em que uma lei orçamentária anual de certo ente federativo inclui, entre as disposições legais nela previstas, matéria tributária concernente à majoração de alíquotas de alguns tributos de sua competência, constitui inobservância do princípio orçamentário da

- (A) anualidade
- (B) exclusividade
- (C) publicidade
- (D) unidade
- (E) especialidade

41

À luz da Lei Complementar nº 101/2000, as regras de renúncia de receita são inaplicáveis aos impostos sobre:

- (A) II, IE, IPI e IOF
- (B) ITR
- (C) ICMS
- (D) ITCMD *causa mortis*
- (E) ISS

42

Suponha que determinado ato praticado pelo Governador de certo Estado, com base em Lei Estadual a qual estabelece a reestruturação de plano de cargos e aumentos dos vencimentos de funcionários públicos da Administração direta/indireta do respectivo Estado, resulte em imediato aumento de gastos públicos, cujos efeitos financeiros ocorram dentro do exercício financeiro ao término do mandato do respectivo Chefe do Poder Executivo Estadual.

O parágrafo único do artigo 21 da Lei Complementar 101/2000 caracteriza como ilegal o ato praticado pelo governador, dado que resulta em aumento da despesa com pessoal em uma certa quantidade de dias anteriores ao término do mandato do chefe do poder executivo estadual.

Esta certa quantidade de dias prevista no referido parágrafo é de

- (A) 180
- (B) 210
- (C) 240
- (D) 260
- (E) 320

43

Determinado Município, em razão de insuficiência de caixa ocorrida no último ano do mandato do Prefeito, pretende realizar operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, para pagamento das despesas de curto prazo.

Observando o exposto à luz da Lei Complementar 101/2000, verifica-se que a referida operação de crédito é

- (A) legal, desde que seja realizada a partir do décimo dia do início do exercício financeiro em pauta.
- (B) legal, desde que seja liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício financeiro em pauta.
- (C) legal, desde que a taxa de juros da operação seja prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou a que vier a esta substituir.
- (D) ilegal, tendo em vista a ausência de previsão legal para a realização de operação de crédito por antecipação de receita.
- (E) ilegal, tendo em vista a vedação contida em lei quando a referida operação vier a ocorrer no último ano do mandato do Chefe do Executivo Municipal.

44

O Plano Plurianual - PPA da União Federal instituído mediante lei para o período de 2012 a 2015 visa a declarar as escolhas do Governo e da sociedade, e sinaliza os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orienta a ação do estado para alcançar os objetivos pretendidos.

Nessa linha, uma das principais inovações trazidas pelo PPA em sua estrutura baseia-se:

- (A) nas disposições relativas às despesas com pessoal.
- (B) nas disposições relativas à administração da dívida pública.
- (C) nos limites para elaboração da proposta orçamentária de cada poder.
- (D) na inclusão dos objetivos e iniciativas e exclusão das ações, assim o elo entre o PPA e a Lei Orçamentária Anual – LOA passa a ser a iniciativa.
- (E) na inclusão nas metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente.

45

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado de 1995 teve como objetivo a reestruturação do Estado e do seu funcionamento em diversos campos.

O referido plano **NÃO** teve como escopo

- (A) reformar o aparelho do Estado com vistas a uma maior governança, ou seja, maior capacidade de governar, maior condição de implementar as leis e políticas públicas.
- (B) aumentar a governança do Estado, limitando as suas ações àquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio, os serviços não exclusivos para a propriedade pública não estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado e para a iniciativa privada.
- (C) transferir da União para os estados e municípios as ações de caráter local, só em casos de emergência caberia a ação direta da União.
- (D) substituir a administração pública burocrática, rígida, voltada para o controle *a priori* dos processos, pela administração pública gerencial, baseada no controle *a posteriori* dos resultados e na competição administrada, sem que, para tanto, fosse necessário promover as alterações no campo jurídico, constitucional e infraconstitucional.
- (E) transformar as autarquias e fundações que tinham poder de Estado em agências autônomas, administradas segundo um contrato de gestão, sendo que a escolha dos dirigentes de tais agências ocorreria segundo critérios rigorosamente profissionais.

46

As diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada são, de forma regionalizada, objeto de Lei

- (A) Orçamentária Anual
- (B) de Diretrizes Orçamentárias
- (C) do Plano Plurianual
- (D) Delegada
- (E) Orçamentária Monetária

47

Caso o Governo Federal enfrente uma situação de calamidade pública que alcance grande parte da nossa população, nada obsta que o respectivo Poder Executivo venha, por meio da edição de Medida Provisória, atendidos os requisitos previstos em lei, valer-se da abertura de crédito

- (A) especial
- (B) extraordinário
- (C) suplementar
- (D) institucional
- (E) programático

48

Observe as afirmativas a seguir concernentes à evolução histórica de certas fases da Administração Pública no Brasil.

- I - Em linhas gerais, a administração paralela foi um artifício utilizado pelo governo JK, de 1956/60, para atingir o seu Plano de Metas (50 anos em 5) com vistas a concretizar seu projeto desenvolvimentista.
- II - A nova Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 reforçou a estrutura da Administração Direta e Indireta, principalmente em relação à obrigatoriedade de realização de concursos públicos para investidura na carreira, fortalecendo os princípios da impessoalidade, moralidade, eficiência e legalidade, entre outros que norteiam a Administração Pública.
- III - O Governo Collor de 1990 foi marcado por reaparelhar e modernizar a máquina administrativa, com grande planejamento, tendo promovido a criação de inúmeros cargos de confiança, a reestruturação e a criação de vários órgãos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

49

Para fins do Decreto nº 6.944/2009,

considera-se fortalecimento da capacidade institucional o conjunto de medidas que propiciem aos órgãos ou entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional a melhoria das suas condições de funcionamento, compreendendo as de caráter organizacional, que lhes proporcionem melhor desempenho no exercício de suas competências institucionais, especialmente na execução dos programas do Plano Plurianual – PPA.

Nessa linha, **DESTOA** da medida de fortalecimento para se alcançar melhor capacidade institucional a(o)

- (A) criação e a transformação de cargos e funções, ou sua extinção, quando vagos.
- (B) criação, a reorganização e a extinção de órgãos e entidades.
- (C) vedação para a realização de concursos públicos e o provimento de cargos e empregos públicos.
- (D) aprovação e a revisão de estrutura regimental e do estatuto.
- (E) remanejamento ou a redistribuição de cargos e funções públicas.

50

À luz do Decreto nº 6.944/2009, as medidas de fortalecimento da capacidade institucional observarão determinadas diretrizes, devendo ser, entre elas, **DESCONSIDERADA** a(o)

- (A) organização da ação governamental por programas.
- (B) eliminação de superposições e fragmentações de ações.
- (C) vedação da racionalização de níveis hierárquicos e do aumento da amplitude de comando.
- (D) orientação para resultados.
- (E) aumento da eficiência, eficácia e efetividade do gasto e da ação administrativa.

51

A obrigatoriedade de o orçamento conter todas as receitas e despesas, de qualquer natureza, procedência ou destino, inclusive a dos fundos, dos empréstimos e dos subsídios consagra o princípio orçamentário da

- (A) unidade
- (B) publicidade
- (C) especialidade
- (D) universalidade
- (E) não afetação da receita

52

No exemplo fornecido abaixo, busca-se agregar às FUNÇÕES e SUBFUNÇÕES, com base na Portaria nº 42/99 da SOF que se relacionam à estrutura funcional de parte da despesa pública de certo Município:

FUNÇÃO 01 – LEGISLATIVA

SUBFUNÇÃO 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

SUBFUNÇÃO 032 - CONTROLE EXTERNO

Nessa ótica, com base na ordem acima indicada, associe as colunas:

I - FUNÇÃO 01 – LEGISLATIVA

II - SUBFUNÇÃO 031 - AÇÃO LEGISLATIVA

III - SUBFUNÇÃO 032 - CONTROLE EXTERNO

P - Compreende as ações do órgão legislativo voltadas para a elaboração de leis, decretos e resoluções sobre assuntos afeitos ao nível de governo, como definido pela Constituição.

Q - Compreende as ações que se destinem à fiscalização externa, financeira e orçamentária, das contas dos órgãos de todos os Poderes, no Município.

R - Elaboração de leis, decretos e resoluções e o controle das contas dos órgãos de todos os Poderes.

S - Compreende as ações que se destinem à iniciativa de leis em matéria tributária.

Estão corretas as associações:

(A) I - R , II - P , III - Q

(B) I - R , II - P , III - S

(C) I - P , II - Q , III - R

(D) I - P , II - S , III - Q

(E) I - Q , II - R , III - S

53

Em geral, os gastos com despesas relativas ao pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderão exceder os limites previstos na(o)

(A) Lei 4.320/64

(B) Lei Complementar 96/99

(C) Lei Complementar 101/2000

(D) texto constitucional atual

(E) atual Plano Plurianual das referidas entidades federativas

54

A despesa pública que se relaciona a projeto, atividade ou operação especial classifica-se como

(A) funcional

(B) econômica

(C) programática

(D) institucional

(E) por elementos

55

Considere a Lei Complementar 101/2000.

Tal diploma normativo envolve um conjunto de normas voltadas para a

(A) contabilidade pública

(B) gestão orçamentária responsável

(C) elaboração da LOA

(D) definir a competência do Senado Federal em matéria orçamentária

(E) definir a competência do Congresso Nacional em matéria orçamentária

56

Na hipótese de certo Município celebrar contrato de empréstimo por antecipação de receita orçamentária – ARO – com o Banco JMN S/A, à luz das regras previstas na legislação aplicável à espécie, e, ainda, nele constatarem, a título de garantia, os recursos da Municipalidade originários de quotas-partes do Fundo de Participação dos Municípios, certo é que a respectiva garantia:

- (A) infringiria princípio constitucional o qual veda a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.
- (B) infringiria a ordem de pagamento a ser efetuada mediante a expedição de precatório requisitório.
- (C) infringiria princípio constitucional o qual veda a concessão e utilização de créditos ilimitados.
- (D) encontra-se em conformidade com o texto constitucional em vigor.
- (E) encontra-se apenas em conformidade com os Decretos editados pelo Chefe do Executivo local.

57

O Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, ao instituir o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), teve como finalidade contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País.

Nessa linha de entendimento, para a consecução dos seus diversos objetivos, é da competência do Comitê Gestor criado pelo respectivo Decreto

- (A) propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA.
- (B) instituir tributos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA.
- (C) encaminhar projeto de lei da LOA ao Congresso Nacional, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA.
- (D) interferir nos resultados do GESPÚBLICA.
- (E) vetar o reconhecimento e premiação dos órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, mesmo que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.

58

O Decreto nº 7.746/2012 que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabeleceu critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, bem como instituiu a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

Nessa linha, considera-se como diretriz, dentre as medidas de sustentabilidade previstas no respectivo Decreto a(o)

- (A) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas oriundos do exterior.
- (B) menor eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.
- (C) menor geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.
- (D) menor vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra.
- (E) menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

59

Com base nas regras contidas no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, compete à Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP:

- (A) propor à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação normas para elaboração de ações de logística sustentável.
- (B) propor projeto de lei ao Congresso Nacional, tendo como escopo diversas desonerações tributárias para órgãos e entidades que se destacarem na execução de seus Planos de Gestão de Logística Sustentável.
- (C) vetar as práticas de sustentabilidade nas aquisições, contratações, utilização dos recursos públicos, desfazimento e descarte.
- (D) vetar as estratégias de sensibilização e capacitação de servidores para a correta utilização dos recursos públicos.
- (E) elaborar cronograma para a implantação de sistema não integrado de informações para acompanhar a execução das ações de sustentabilidade.

60

O Artigo 13 do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 amplia a participação nas reuniões da Comissão Intermunicipal de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

O texto do citado artigo é:

- (A) Poderão ser convidados a participar das reuniões da CISAP especialistas de órgãos e entidades públicas e privadas.
- (B) Poderão ser convidados a participar das reuniões da CISAP pesquisadores de órgãos e entidades públicas e privadas.
- (C) Poderão ser convidados a participar das reuniões da CISAP especialistas e pesquisadores de órgãos e entidades públicas.
- (D) Poderão ser convidados a participar das reuniões da CISAP ocupantes de cargos comissionados de elevada categoria funcional de órgãos e entidades públicas.
- (E) Poderão ser convidados a participar das reuniões da CISAP especialistas, pesquisadores e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas.

61

Segundo a teoria dos sistemas, a organização é vista como um sistema aberto porque

- (A) interage com o ambiente interno, enfatizando a eficiência e a sinergia em que o todo é maior que a soma das partes.
- (B) requer produtos e *feedback* que são recebidos do ambiente externo e transforma produtos em insumos.
- (C) apresenta relações de intercâmbio com ambiente através de entradas e saídas e, para sobreviver, deve reajustar-se às condições do meio.
- (D) busca a equifinalidade de caminhos que conduzem ao mesmo resultado, aplicando ideias e métodos para, assim, desenvolver uma alternativa estratégica.
- (E) apresenta natureza hermética em relação a qualquer influência ambiental e um comportamento totalmente determinístico e programado.

62

O gerente da organização X opta por escolher uma estrutura divisional.

Como justificativa para essa escolha, o gerente argumenta com o chefe que esse tipo de estrutura

- (A) oferece alta visibilidade para produtos ou serviços.
- (B) permite que a organização ganhe economia de escala.
- (C) é mais adequado para mudanças lentas em ambiente estável.
- (D) centraliza a tomada de decisões e favorece a integração horizontal.
- (E) conduz a uma coordenação horizontal eficiente entre linhas de produtos.

63

Pesquisas recentes em planejamento do trabalho oferecem evidências de que a maneira como os elementos do trabalho são organizados pode aumentar ou diminuir a motivação.

Para que um trabalho seja considerado de alto potencial motivador, é preciso que ele apresente as seguintes características:

- (A) salário alto, identidade baixa e *feedback* alto
- (B) *feedback* baixo, significância alta e autonomia alta
- (C) variabilidade baixa, identidade alta e absenteísmo baixo
- (D) significância baixa, identidade alta e variabilidade alta
- (E) significância alta, autonomia alta e variabilidade alta

64

Em uma organização, ficou definido que os gastos acima de mil reais devem ser submetidos à aprovação de um funcionário do Setor de Finanças.

Tal norma evidencia que essa organização utiliza um processo de controle

- (A) simultâneo
- (B) retroativo
- (C) preliminar
- (D) de clã
- (E) de mercado

65

O gerente de uma organização percebe que sua equipe está resistindo à mudança, devido a problemas de ajustamento.

Para solucionar o problema, ele utiliza uma abordagem de facilitação e apoio que

- (A) atribui a um indivíduo resistente um papel desejável no processo de mudança.
- (B) aplica punições e ameaças aos funcionários que resistem à mudança.
- (C) oferece incentivos concretos, como gratificações e mordomias pela cooperação com a mudança.
- (D) fornece treinamento e outros recursos necessários à equipe para implementar a mudança.
- (E) envolve a sua equipe e ouve as pessoas que serão afetadas pela mudança.



66

A Administração sempre foi rica na utilização de metáforas para representar as organizações. Dentre as principais metáforas, destacam-se as que veem as organizações como máquinas, organismos e cérebros.

Em relação à capacidade que as três metáforas apresentam para a compreensão da complexidade organizacional, considere as afirmativas a seguir.

- I – A máquina é uma metáfora promissora para se compreender a complexidade das organizações porque pode ser projetada para funcionar de um modo previsível.
- II – O organismo é uma metáfora promissora para se compreender a complexidade das organizações pela sua capacidade de sobreviver e evoluir, ou seja, pela sua eficácia.
- III – O cérebro é uma metáfora promissora para se compreender a complexidade das organizações pela sua capacidade de processar informações e de aprender a aprender, maior do que qualquer máquina que esse mesmo cérebro seja capaz de projetar.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas
- (B) III, apenas
- (C) I e II, apenas
- (D) II e III, apenas
- (E) I, II e III

67

O *balanced scorecards* (BSC) gera vários benefícios para as organizações onde é implementado.

Dentre esses benefícios, encontram-se:

- (A) Promoção do alinhamento dos indicadores chave com os objetivos estratégicos a todos os níveis organizacionais; suporte à atribuição de incentivos em função do desempenho individual e da contribuição para os resultados do negócio.
- (B) Ajuda na retenção e atração de talentos para a organização; favorecimento do contrato psicológico dos colaboradores; comprometimento com resultados.
- (C) Favorecimento do estabelecimento de planos de melhorias de processos; facilitação na identificação de necessidades de treinamentos; permissão de uma orientação mais assertiva em relação ao desenvolvimento; relacionamento com a equipe.
- (D) Identificação de informações do nível de satisfação dos colaboradores; identificação de indicadores de comportamento e de imagem que o prestador passa através dos seus serviços e produtos.
- (E) Estímulo aos indivíduos na busca e no compartilhamento de seu capital intelectual; favorecimento da variabilidade do trabalho de acordo com as habilidades individuais.

68

Na análise da espiral do conhecimento, tem-se que a

- (A) socialização é o compartilhamento do conhecimento explícito, por meio da observação, imitação ou prática.
- (B) articulação ou externalização é a conversão do conhecimento tácito em explícito e sua comunicação ao grupo.
- (C) internalização envolve a padronização do conhecimento, o seu agrupamento em um manual ou guia de trabalho e sua incorporação a um produto.
- (D) combinação ocorre quando novos conhecimentos explícitos são compartilhados na organização, e outras pessoas começam a utilizá-los para aumentar, estender e reenquadrar seu próprio conhecimento.
- (E) socialização envolve o conhecimento conceitual, a combinação envolve o conhecimento sistêmico, a externalização envolve o conhecimento operacional e a internalização, o conhecimento compartilhado.

69

A cultura organizacional pode ser avaliada por meio de muitas dimensões.

Ao expor o perfil de cada um dos tipos de cultura, um pesquisador deverá destacar que, na cultura

- (A) adaptativa, a organização está preocupada em atender a clientes específicos do ambiente externo, mas sem a necessidade de mudanças rápidas.
- (B) de missão, os focos mais importantes são o envolvimento e a participação dos membros da organização e as expectativas de mudança rápida do meio externo.
- (C) de poder, adota-se uma abordagem metódica de fazer negócios; símbolos, heróis e cerimônias mantêm a cooperação e a tradição.
- (D) burocrática, encoraja-se o empreendedorismo; normas e crenças sustentam a capacidade da organização de detectar, interpretar e traduzir sinais do ambiente em novos comportamentos reativos.
- (E) de clã, um valor importante é cuidar dos empregados e assegurar que eles tenham tudo aquilo de que necessitam, ajudando-os desse modo a ficar satisfeitos.

RASCUNHO

70

Para que alguém seja considerado um líder autêntico, é necessário

- (A) demonstrar capacidade de criar e articular uma visão realista, crível e atraente do futuro para a organização ou unidade organizacional que cresce e melhora a partir do presente.
- (B) possuir forte vínculo emocional com seus subordinados e ser visto por eles como detentor de poderes divinos e excepcionais, propondo uma nova visão a ser seguida.
- (C) negociar a troca de recompensas por esforço, prometer recompensas pelo bom desempenho, reconhecer as conquistas e procurar desvios das regras e padrões.
- (D) posicionar seus subordinados em níveis mais elevados de responsabilidade, abdicando de seus interesses próprios em favor da coletividade e promovendo a mudança do *status quo* através de um propósito superior.
- (E) ser profundamente consciente de como ele pensa e se comporta e agir de acordo com seus valores e convicções para, assim, construir a credibilidade e ganhar o respeito e a confiança de seus subordinados.

RASCUNHO

RASCUNHO